

# Congresso entra em 1992 com sete emendas à Constituição para votar

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

A Câmara dos Deputados e o Senado iniciarão, no dia 15 de fevereiro de 1992, a próxima sessão legislativa, já tendo em sua pauta prioritária de votação sete emendas constitucionais — sendo cinco que compõem o “emendão”, enviado este ano pelo presidente Fernando Collor de Mello — e nove projetos de lei, que estão em diferentes estágios de tramitação. Quatro destes projetos — imposto sobre grandes fortunas; participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas; lei de imprensa; e modernização dos portos — e uma emenda constitucional, que regula os salários de deputados estaduais e vereadores, já estão prontos para a votação em plenário (ver tabela).

Estes projetos e emendas constitucionais estão sendo considerados prioritários tanto pelo governo — que tem interesse especial nas cinco partes em que foi dividido, o “emendão” — quanto pelos partidos, incluindo-se os da oposição.

Dentro de uma estratégia de negociação, usada pelo governo para aprovar o ajuste fiscal neste ano, em troca da rolagem da dívida de estados e municípios, projetos como a participação nos lucros e o imposto sobre grandes fortunas poderiam ser usados para obter o apoio da oposição em outras questões.

## MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS

A modernização dos portos — que teve concluído em dezembro um substitutivo comum, elaborado pe-

los deputados Aloizo Santos (PMDB-ES), Marcelo Barbieri (PMDB-SP) e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) — também interessa ao governo, que poderá conseguir apoio do PMDB, por exemplo, para ver o substitutivo (considerado aceitável pelo governo) aprovado nas primeiras semanas do ano.

A lei de imprensa, por sua vez, foi aprovada no Senado — substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) — e poderá encontrar resistências em alguns setores da Câmara, por ser considerada muito liberal.

Já a emenda à Constituição apresentada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) que limita o salário dos deputados estaduais a 70% do salário de deputados federais e senadores e dos vereadores a 70% dos deputados estaduais, depois de aprovada no Senado, com o quórum de 3/5 dos 81 senadores, tramitou durante todo o ano na Câmara, estando, finalmente, pronta para tentar obter os 302 votos do quórum de 3/5 necessários, em duas votações. A sua aprovação vai depender de um consenso entre os partidos.

A situação das cinco partes do “emendão” continua difícil. A parte da desregulamentação e da modernização da economia já teve aprovada a admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. Mesma situação da relativa ao ajuste fiscal. Estas duas partes iniciarão 1992 tramitando nas respectivas comissões especiais. Formadas no Congresso. Já as outras três — criação da advocacia de sangue; e a que re-

formula a legislação sobre servidores públicos e as universidades — ainda precisam ter a admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Como emendas constitucionais, o “emendão” vai depender da existência de entendimento amplo entre governo e partidos, por causa da necessidade de obter 302 votos na Câmara e 49 votos no Senado.

## GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

Entre os projetos de lei, o do senador Eduardo Suplicy, que cria a garantia de renda mínima para quem ganha até Cr\$ 120 mil, chega à Câmara aprovado por unanimidade no Senado, o que poderá ajudar em sua tramitação. Os

projetos do governo, criando os fundos de investimento imobiliários, a Advocacia Geral da União e a Secretaria Especial de Controle Interno, também têm boas possibilidades de entrarem na pauta de votação em poucas sessões, e sua aprovação não deverá ser difícil. Finalmente a emenda constitucional do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que extingue o serviço militar obrigatório, substituído, a exemplo dos Estados Unidos, pelo serviço militar voluntário, surpreendeu ao ser aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Agora ela tramitará na Comissão de Defesa Nacional e, se aprovada, aguardará sua vez em plenário.